



A PRODUÇÃO DA INCLUSÃO/ EXCLUSÃO NA CONFIGURAÇÃO DO MODELO TAYLORISTA DE TRABALHO

Patrícia Lima Santos¹
Marleide Rosa dos Santos²
Cristina Silva dos Santos³

INTRODUÇÃO

Ao falarmos do movimento de inclusão social no mercado de trabalho, consideramos necessário realizarmos uma retrospectiva histórica na configuração inicial do século XX. Queremos, aqui, entender e analisar o contexto social no qual se produziu a “idéia” e as ações acerca da inclusão, uma vez que as discussões e as propostas nasceram em uma dada realidade que também produziu a exclusão social. Portanto, para entender o discurso da inclusão é necessário relacioná-lo, dialeticamente, à prática de exclusão social.

Escolhemos a indústria automotiva como foco de observação dessa prática social devido a facilidade de identificarmos as estratégias no desenvolvimento do sistema capitalista e pela clareza dos mecanismos que contribuem para a exclusão.

Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, respaldaremos nossos estudos nas bases da administração científica, tendo como foco o movimento de inclusão/exclusão da teoria taylorista.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL MOVIMENTO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1 Pós-graduanda em Psicologia Clínica e Institucional pela Faculdade Montenegro. Supervisora de Educação Física pela Secretaria de Educação Municipal de Ibicarai. Graduada em Educação Física pela Faculdade Montenegro, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: pat.lima-@hotmail.com

2 Graduada em Pedagogia pela Faculdade Montenegro. Pós-graduanda em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Montenegro. Endereço eletrônico: marleyde_santos@hotmail.com

3 Doutora pelo Programa de Memória: Linguagem e Sociedade-UESB. Professora do curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem - DCHEL - Campus de Itapetinga-UESB, Brasil. Endereço eletrônico: tinasantosba@hotmail.com



O final do século XIX até 1914 ficou conhecido na história mundial como “A era dos Impérios” (HOBBSAWM, 2005). As grandes potências desse período – Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Holanda, Bélgica, EUA, e Japão - dominavam os países subdesenvolvidos localizados nos continentes africano e americano (central e sul), ainda subjugados como países dependentes periféricos, exportadores de matérias-primas. Apesar das bases econômicas dos países de Primeiro Mundo permanecerem agrícolas, o uso de novas tecnologias no campo já fazia parte desse contexto, o qual contribuiu, também, para o êxodo rural, isto é, a migração do trabalhador rural para as cidades em expansão industrial.

Nesse período, de acordo com Marx (2005, p. 828), defrontam-se duas classes sociais distintas, determinadas pelas circunstâncias em que prevalecia o capitalismo:

De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possuía, comprando a força de trabalho alheia; e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho.

Diante dessas circunstâncias sociais, de um lado, os grandes proprietários agrícolas e industriais que representavam a classe dominante, transformaram-se em grandes potências de riquezas nacionais por meio da compra da força de trabalho e do acúmulo do capital; e, de outro lado, a classe dominada, que vendia sua força de trabalho, representava a classe trabalhadora, excluída das possibilidades de acesso a todas as formas de bens (econômico, político, cultural, educacional). Mas as desigualdades sociais e os mecanismos de exclusão desse período, segundo Hobsbawm (2005), não estavam restritos apenas à economia de mercado, mas também à educação, distintas para as classes sociais.

A educação de massa dirigida à classe dominada, nos países desenvolvidos, era promovida ou supervisionada pelos Estados, oferecendo um ensino primário cada vez mais universal, mas sem a intenção de realizar a inclusão social. Esse ensino tinha como objetivo garantir que o homem pertencente à classe trabalhadora pudesse realizar cálculos matemáticos ou manusear maquinarias com instruções específicas, reproduzindo bons súditos e cidadãos obedientes ao sistema capitalista. Para Lopes (1986, p.22) “[...] suas vantagens, segundo autores contemporâneos, era desenvolver a eficiência, a prontidão e a subordinação, estabelecendo em tempo, a ordem, a disciplina e a necessária preparação para o trabalho”.

Nos países desenvolvidos, o crescimento da educação primária para satisfazer as necessidades do mercado fez com que expandisse o magistério como uma profissão



subalterna, mal paga e feminizada. Já a educação destinada para as pequenas elites – classe dominante – oferecia ensino diferenciado desde o ensino primário, sendo que o ensino superior era destinado primordialmente para o sexo masculino. A educação da classe dominante manteve-se voltada para o trabalho intelectual, centrada nas áreas da Ciência, Artes, Literatura, etc. Era uma educação mais rebuscada, diferenciando-se da educação de massa, provocando o fortalecimento das desigualdades sociais.

As desigualdades também estavam presentes nas relações de trabalho entre os homens e as mulheres. As mulheres casadas, provenientes do campo, perderam algumas de suas funções, tais como: procriadora de uma grande prole; trabalhadora do campo; artesã. Já nos centros urbanos, as mulheres da classe trabalhadora foram muito mais exploradas, evidenciadas pela diferenciação de remuneração, comparadas aos homens.

Nesse período, ainda que a mulher necessitasse auxiliar nas despesas familiares, cabia ao homem a função de provedor da família. Por outro lado, já começa a se evidenciar a discriminação entre as próprias mulheres, pois, nesse contexto, com o surgimento das lojas de departamentos e das indústrias têxteis, de confecção e de alimentação, abriu-se um novo mercado de trabalho feminino. No entanto, esse mercado foi direcionado apenas às mulheres solteiras, excluindo as mulheres casadas.

Paralelamente a existência dessas desigualdades sociais internas, a rivalidade econômica entre as potências aumentava consideravelmente, vivenciando um período de grandes disputas territoriais e marítimas, proporcionadas pelo crescimento das indústrias bélicas. Nessas circunstâncias vivenciadas, a concorrência econômica passou a entrelaçar as ações políticas e militares dos países desenvolvidos, resultando numa corrida armamentista, precedentes e durante as grandes guerras, baseada no avanço tecnológico e na expansão industrial que favoreciam aos grandes empresários pertencentes a classe dominante.

Dos grandes países industrializados que fizeram parte dessa corrida armamentista estão os EUA e a França que, desde o final do século XIX, expandiram com sua produção industrial, respaldados nas bases da administração científica e da gerência, lançadas pelo americano e engenheiro mecânico Frederick Taylor (1856-1915), oriundo da classe operária e, sendo fortalecidas também, por meio de seu contemporâneo, o francês Henri Fayol (1841-1924).

AS BASES DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL



As bases da administração científica tem, segundo Taylor (1995, p.26), como objetivo “[...] a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da empresa, de modo que os homens possam executar em ritmo mais rápido e com maior eficiência os mais elevados tipos de trabalho, de acordo com suas aptidões naturais”. Ou seja, Taylor estabeleceu padrões de desempenho para o trabalhador, forçando-o a produzir mais. Nesse contexto ocorre uma outra mudança para o trabalhador, pois o mesmo deixa de receber seu salário por dia de trabalho para receber por peças produzidas a baixos custos, beneficiando seus empregadores. Começa-se a alterar, dessa forma, as relações entre empregado e empregador, em vários aspectos. O taylorismo caracterizou-se como uma forma de controlar o trabalho pelo capital, por meio das decisões tomadas no decorrer das atividades executadas pelo operário, evidenciando as desigualdades sociais existentes a partir da divisão do trabalho e das funções executoras dentro das empresas, estabelecidas conforme a aptidão de cada um.

De acordo com a análise realizada por Braverman (1987[?], p. 86), o sistema empregado por Taylor “[...] era tão-somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada”.

Para Kuenzer (2002), esse homem que passa a executar tarefas isoladas e fragmentadas de produção, de acordo com as divisões do trabalho nas empresas, não só vende sua força de trabalho, mas perde o controle e o conhecimento de todo processo de produção, cabendo-lhe apenas uma parte do todo da mercadoria a ser produzida. Por meio desse processo de produção e de conhecimento fragmentados do trabalho, ao qual o homem é impulsionado, Kuenzer (2002, p. 30) afirma que “Taylor institucionaliza definitivamente a heterogestão como fundamento básico da organização capitalista do trabalho, tirando do trabalhador a possibilidade de pensá-lo, criá-lo, controlá-lo”. Neste caso, os operários passam por um processo de expropriação do saber sobre o trabalho, desempenhando funções desqualificadas e sub-remuneradas, sendo explorados pelo poder do capital.

Nessa expropriação do saber sobre o trabalho, o operário coisifica-se e perde a sua condição essencial - a de homem. Este homem é transformado, pelo capital, em uma mera ferramenta, uma máquina a seu serviço. Com isso, o operário assume a responsabilidade por um segmento da produção, mas perde o foco da mercadoria em sua totalidade, porque desconhece as demais etapas.



Para Tessaro (2004, p. 23), essa fragmentação das funções dos operários “[...] favorece a perda da capacidade de desenvolver o conhecimento, as capacidades cognitivas, uma vez que não exercita nenhuma outra capacidade além daquela mínima exercida pelo trabalho”.

O taylorismo impôs desta forma, uma estrutura rígida e mecanizada de trabalho a ser executada pelo operário, cujo trabalho é planejado por outrem - gerência - e executado pelo trabalhador por meio de instruções que lhes são dadas, condição que os excluem do trabalho cognitivo.

CONCLUSÕES

Notoriamente, percebemos que o período de transição, entre o século XIX e XX, foi marcado por uma série de transformações sociais que refletiu na configuração dos movimentos de inclusão e exclusão do homem.

Evidenciamos essa configuração de inclusão/exclusão presente no modelo taylorista que teve como principal fundamento a descaracterização e desvalorização do trabalho exercido pelo homem na condição de operário, pois averigua as condições de adaptação do trabalhador ao trabalho, isto é, as necessidades do modo capitalista, secundarizando as necessidades do operário. Destacamos aqui, o deslocamento ao qual foi submetido o trabalhador, pois sai do centro do processo para ceder lugar ao capital.

Nesse contexto em que foram articuladas as divisões do trabalho nas empresas, o homem teve seu conhecimento fragmentado por meio das funções mecanizadas que executam nos setores de produção. Essa condição é diferente do que se via no período em que as mercadorias eram produzidas pelos artesãos, responsáveis pelo conhecimento e controle de todo processo de produção da mercadoria.

Palavras-chave: Inclusão/exclusão. Taylorismo. Trabalho.

REFERENCIAS



BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 198[7].

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios** – 1875-1914. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

KUENZER, Acácia. **Pedagogia das fábricas** – As relações de produção e educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. O escolanovismo: revisão crítica. In.: MELLO, Guiomar Namor de. **Escola nova, tecnicismo e educação compensatória**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1, v. 2. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAYLOR, Frederich. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas. 1995.

TESSARO, Adriana. **Estigma e preconceito como expressões da exclusão escolar**: uma questão na formação de professores? 2004. 152 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.